

Unânicos contra Bolívar

El Fanal e a fundação antibolivariana da Venezuela (1829-1831)

Matheus Amilton Martins ¹

Resumo: Neste texto, busco examinar o impacto da oposição à figura de Simón Bolívar na formação do Estado venezuelano (1829-1831), enfatizando o papel do periódico El Fanal na propagação do antibolivarianismo e na concepção de um discurso de unanimidade pró-independência. Além disso, discuto como, em contraste às críticas à influência do Libertador, os líderes separatistas venezuelanos recorreram ao legado liberal da Primeira República para legitimar a fundação de novas instituições. Assim, proponho repensar o antibolivarianismo enquanto linguagem política fundamental para a consolidação da institucionalidade venezuelana nos anos 1830. Por fim, analiso a virada do debate público a partir da reabilitação da memória do Libertador, nos anos 1840, e suas consequências para a cena política venezuelana.

Palavras-chave: Simón Bolívar; Antibolivarianismo; Bolivarianismo; Formação do Estado venezuelano; Pensamento político venezuelano do século XIX

Unánimes contra Bolívar

El Fanal y la fundación antibolivariana de Venezuela (1829-1831)

Resumen: En este texto procuro examinar el rol que jugó la oposición a la figura de Simón Bolívar en la formación del Estado venezolano (1829-1831), enfatizando el papel del periódico El Fanal en la difusión del antibolivarianismo y en la concepción de un discurso independentista unánime. Además, discuto cómo, en contraste con la crítica a la influencia del Libertador, los líderes separatistas venezolanos recurrieron al legado liberal de la Primera República para legitimar la fundación de nuevas instituciones. Así, propongo repensar el antibolivarianismo como lenguaje político fundamental para la consolidación de las instituciones venezolanas en la década de 1830. Finalmente, analizo el giro en el debate público tras la rehabilitación de la memoria del Libertador en la década de 1840 y sus consecuencias para la escena política venezolana

Palabra-clave: Simón Bolívar; Antibolivarianismo; Bolivarianismo; Formación del Estado venezolano; Pensamiento político venezolano del siglo XIX.

Unanimous against Bolívar

El Fanal and the anti-Bolivarian foundation of Venezuela (1829-1831)

Abstract: Here I aim to examine the impact of opposing to the figure of Simón Bolívar on the formation of the Venezuelan state (1829-1831), highlighting the role of the *El Fanal* periodical in the spreading of anti-Bolivarianism and the conception of a pro-independence unanimity speech. In addition, I discuss how, in contrast to reproach of the Liberator's influence, Venezuelan separatist leaders resorted to the liberal legacy of the First Republic to legitimize the foundation of new

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista FAPESP, e-mail: martins.matheus08@gmail.com, Orcid: 0000-0002-2067-7508

institutions. Thus, I propose rethinking anti-Bolivarianism as a fundamental political language for the consolidation of Venezuelan institutions in the 1830s. Finally, I analyze the turn in the public debate following the rehabilitation of the memory of the Liberator in the 1840s and its consequences for the Venezuelan political scene.

Keywords: Simón Bolívar; Anti-Bolivarianism; Bolivarianism; Formation of the Venezuelan state; Venezuelan political thought in the 19th century.

Artigo recebido em: 05/09/2023

Artigo aprovado em: 30/11/2023

Introdução

Desde a Segunda República venezuelana (1813–1814), Simón Bolívar se tornou figura central na formulação de diversos projetos de nação. Entretanto, a Venezuela que se divorciou da Grã-Colômbia em 1830 foi moldada em oposição à sua influência. A insatisfação das elites locais face ao centralismo e à arbitrariedade do mando do Libertador — que governou como ditador a partir de 1828 — levou à concretização do separatismo por meio do Congresso de Valencia (1830), que instaurou um novo arcabouço legal em contraposição às propostas constitucionais bolivarianas. Nesse cenário, o prócer passou a ser visto como uma ameaça à autonomia venezuelana, levando seus adversários a demandarem seu exílio sob a alegação de que sua presença obstruiria o exercício da política no país. Exemplo disso foi Francisco Yanes, presidente do Congresso venezuelano, que comunicou a Bogotá que “[...] no tendrán lugar ningunas relaciones entre Nueva Granada y Venezuela, mientras permanezca aquel [Bolívar] en el territorio de Colombia” (YANES, apud. LARRAZABAL, 1846, p. 72). De forma mais incisiva, na época, circulou em Caracas um artigo não assinado propondo a promulgação de uma lei que concedesse a qualquer cidadão a autoridade para matar Bolívar, e que decretasse que os povoados que lhe dessem guarida fossem reduzidos a cinzas.

Além da intensidade do rechaço, os usos retóricos da rejeição ao prócer eram especialmente importantes para a consolidação do movimento autonomista. Com efeito, a partir dessa negação, forjou-se um arranjo de interesses socio-geográficos que permitiu a estruturação de um Estado venezuelano autônomo. A recusa ao projeto cesarista de Bolívar serviu como um dos elos que uniram, em um mesmo pacto social, as preocupações de proprietários rurais, comerciantes, profissionais

liberais, intelectuais e militares. De modo análogo, contra Bolívar, cidades que se viam como entes políticos autossuficientes e rivais entre si — como Coro, Cumaná, Caracas, Puerto Cabello e Valencia — renunciaram às suas respectivas soberanias, em adesão e legitimação ao projeto de regeneración de la antigua Venezuela. Tal centralidade nos convida a reconsiderar o antibolivarianismo como formação discursiva e seu impacto na vida sociopolítica venezuelana.

Neste artigo, investigo essas estratégias enunciativas a partir de uma hipótese de trabalho: no contexto em análise, tanto o bolivarianismo quanto sua contraparte, o antibolivarianismo, foram empregados como linguagens políticas por meio das quais diversos participantes do debate público puderam expor seus projetos de sociedade. Isso implica reconhecer que o herói não era o foco das disputas, mas sim o meio pelo qual atores políticos denotavam, respondiam e instigavam seus interlocutores e leitores. Dito de outro modo, minha interpretação se vale do conceito de linguagem política para compreender o bolivarianismo e o antibolivarianismo entre os “[...] modos discursivos estáveis o suficiente para estar disponíveis ao uso de mais de um locutor e para apresentar o caráter de um jogo definido por uma estrutura de regras para mais de um jogador” (POCOCK, 2003, p. 31). Assim, é relevante compreender como tais lógicas comunicacionais viabilizaram a mobilização e a participação em pautas centrais da esfera política.

Essa abordagem enfatiza que a importância de Bolívar na narrativa independentista o constituiu como referencial incontornável do discurso político venezuelano, isto é, recorrer a Bolívar, de forma direta ou indireta, negando-o ou afirmando-o, significava acessar um amplo repertório de concepções políticas e de memórias socialmente compartilhadas, disponíveis à produção de enunciados diversos e até contraditórios entre si. A partir de sua centralidade e de sua polissemia, é possível supor que o termo Bolívar — assim com as memórias selecionadas ao enunciar-lo — influenciou em boa parte das controvérsias políticas dessa sociedade, proporcionando coerência e sentido aos postulados nos quais era evocado. Dessa perspectiva surgem pistas para direcionar a investigação do intenso jogo político-linguístico e da redefinição ou reafirmação de valores que lançaram as bases do debate público na Venezuela oitocentista.

Interessa-nos questionar como a rejeição a Bolívar se tornou um elemento fundamental para a articulação de uma arena política unanimista na Venezuela, corroborando a interdição às ações de grupos de interesse organizados, ao menos até o surgimento do Partido Liberal em 1840 e à reabilitação da imagem pública do Libertador. Como um dos principais vocalizadores

desse discurso, o periódico El Fanal despontou como protagonista político do separatismo venezuelano ao compilar pronunciamentos e mobilizar uma oposição ao governo do prócer. Considerando a abordagem contextual-pragmática da trajetória dessa publicação, é possível repensar o peso do discurso antibolivariano para a conformação do Estado venezuelano em 1830, bem como entender os efeitos de curto prazo dessa articulação para a história política do país. Este trabalho se dedica, portanto, a explorar esse cenário de forma aprofundada.

A crise do sistema político grã-colombiano e os fundamentos do antibolivarianismo

O término das guerras de independência na América do Sul, com a Batalha de Ayacucho, em 1824, deu espaço para o desenvolvimento de conflitos inerentes à conformação institucional dos Estados emancipados. Dentre as diferentes concepções políticas, o projeto centralizador de Simón Bolívar se destacava pela relevância de sua figura pública e pelo seu capital político e militar. O ponto culminante de seu programa político residiu na proposta para o texto-base da Constituição Boliviana, em 1826, que aventava a necessidade de um executivo forte e enérgico para lidar com as intempéries das nascentes repúblicas. Inicialmente recebido com desconfiança pelos deputados, o documento foi aprovado, com pequenas alterações, pelo Congresso boliviano, como a *Constitución política del Estado de 1826*.

A carta trazia elementos estruturantes de uma nova organização política, que foram alvo de profundas polêmicas públicas entre 1826 e 1830. É digno de nota, por exemplo, que a legislação constituía a figura de um presidente vitalício (Art. 77), enquanto o isentava de responsabilidade jurídica em relação à administração pública (Art. 80) (BOLÍVIA 2018 [1826], p. 32). Também era atribuição do presidente a nomeação de seu herdeiro e vice-presidente (Art. 85) (BOLÍVIA 2018 [1826], p. 32). Para completar o curioso organograma da administração pública bolivariana, seria criada uma terceira câmara do Legislativo, formada por censores vitalícios. Esse colegiado teria como atribuição ajuizar membros do executivo suscetíveis à censura devido à sua conduta pública (vice-presidente e ministros de Estado), além de vigiar e regular a liberdade de imprensa e de opinião, os planos de estudo e a educação pública (Art. 61, Art. 51, §2 e Art. 60, §2, respectivamente) (BOLÍVIA 2018 [1826], p. 30-31).

No discurso de apresentação de seu anteprojeto constitucional para apreciação do Congresso boliviano, o Libertador declarava inspiração no caso de estabilização da política haitiana por Alexander Petion² para justificar os fundamentos cesaristas de sua proposição:

El Presidente de la República viene a ser en nuestra Constitución como el Sol que firme en su centro da vida al Universo. Esta Suprema autoridad debe ser perpetua, porque en los Sistemas sin jerarquías, se necesita más que en los otros, un punto fijo, al rededor del cual giren los Magistrados, y los ciudadanos: los hombres y las cosas. Dadme un punto fijo, decía un antiguo, y moveré el mundo. Para Bolivia este punto es el Presidente vitalicio. [...] un Presidente vitalicio, con derecho para elegir el sucesor, es la inspiración más sublime en el orden republicano (BOLÍVAR, 1976 [1826], p. 280).

A circulação do documento no Peru e na Grã-Colômbia levantou uma série de suspeições. Os opositores de Bolívar se alarmaram com a possibilidade de aplicação da *Constitución Boliviana* em seus territórios e fizeram críticas públicas ao texto, apontando os riscos da proeminência do executivo. Para ilustrar essa preocupação, Tomás Lander³, intelectual caraquenho e ferrenho opositor de Bolívar, lançou mão de exemplos históricos para demonstrar que a concentração de poderes em um único indivíduo constituía uma grave ameaça às instituições e à ordem pública:

Además ¿qué será suficiente para obligará un magistrado vitalicio e irresponsable, que manda las armas, y tiene el poder omnipotente de conmutar las penas capitales, a abdicar severo sus intereses y propios deseos en la inerte de la conveniencia pública? Teniendo tan poderosos elementos para conseguirlos, y de antemano preparado el camino, no hay remedio, su triunfo aunque lento seria seguro.

De los ejemplos de Napoleón, Cristóbal e Iturbide, que se presentan para comprobar lo contrario, solo el primero podría persuadir algo, porque un tirano astuto usurpó la libertad de una nación ilustrada y poderosa; pero hay que advertir que Napoleón no edificó su trono sino sobre el diploma de cónsul vitalicio; y que no fue destruido por los esfuerzos de los pueblos a quienes despotizaba [...] (LANDER, 1826, p. 13-14).⁴

O presidencialismo vitalício, argumentava Lander, era o primeiro passo em direção ao despotismo despudorado. O cerne de seu argumento residia na concepção de que a falta de alternância

² O exemplo escolhido por Bolívar é um tanto quanto irônico. Apesar de ter sagrado o presidencialismo vitalício na Constituição Haitiana de 1816, em 1818, Petion fecha o congresso e governa o país como ditador até sua morte, naquele mesmo ano.

³ Tomás Lander (1792–1845) foi um político, latifundiário, intelectual e jornalista venezuelano atuante desde o contexto da 1ª República da Venezuela (1810). Destacou-se como um grande defensor do separatismo venezuelano em relação à Grã-Colômbia na anos 1820. Na década seguinte, consolidou-se como um dos principais formuladores do pensamento político liberal do século XIX na Venezuela. Foi também um dos fundadores do Partido Liberal, em 1840.

⁴ O texto é assinado sob o pseudônimo de *Un compatriota de Bolívar*, mas consensualmente a historiografia reconhece a autoria de Lander (ITURRIETA, 2016, p. 135).

na administração pública poderia levar a um potentado que progressivamente suplantaria as liberdades individuais e enfraqueceria a ordem liberal, a fim de que perpetuasse o poder. Por isso, os críticos de Bolívar defendiam a necessidade de restringir a autoridade do executivo, de implementar o princípio de alternância do poder e de assegurar — como forma de contrapeso — a participação da opinião pública, isto é, dos cidadãos ilustrados, nos espaços de deliberação política.

A despeito das críticas, ainda em 1826, Bolívar tratou de impor um texto-base semelhante ao do Congresso Constituinte do Peru, resultando na promulgação do que viria a ser conhecido como *Constitución Vitalícia* em novembro daquele ano. Como argumenta Daniel Ardila, “[...] *las miras del Libertador habrían apuntado, en última instancia, a la creación de una vasta confederación que se extendería desde Colombia hasta el Perú y Bolivia*” (ARDILA, 2015, p. 105). Para alcançar esse objetivo, o plano era uniformizar as jurisprudências dos Estados para, em seguida, uni-los na Federação dos Andes.

No entanto, o Código boliviano foi um dos pontos nodais para o fracasso do projeto federativo. A falta de limites claros para o mandato do presidente feria objetivamente os princípios liberais que norteavam os pactos sociais estabelecidos às custas do derramamento de sangue nas batalhas pela independência. Assim, a suspeita de que o executivo vitalício pudesse ser aplicado à Grã-Colômbia foi o suficiente para que os *pueblos* do departamento da Venezuela se levantassem contra o Libertador no movimento separatista de *La cosiata*, em 1826⁵.

Para pacificar a situação na Grã-Colômbia, Bolívar abandonou o Peru, no fim de 1826, e partiu em direção a Caracas a fim de se conciliar com as lideranças venezuelanas. Aproveitando-se de sua ausência física, as elites dirigentes do Peru e da Bolívia articularam suas próprias revoluções, desconhecendo a partir de então a autoridade do Libertador e de seus aliados, como Antônio José de Sucre. A reação antibolivariana no Peru levou o novo governo a derogar a *Carta Vitalícia*, ainda em janeiro de 1827, e, ato contínuo, declarar guerra à Grã-Colômbia pela posse da região de Guayaquil.

Por outro lado, a discricionariedade e a arbitrariedade das medidas tomadas por Bolívar para contornar *La Cosiata* fragilizaram a estrutura e a hierarquia política da Grã-Colômbia. Mesmo não

⁵ A rebelião foi motivada por diversos fatores, incluindo o que era percebido pelas elites caraquenhãs como abuso de poder por Bogotá contra o departamento da Venezuela. Entretanto, Bolívar era um dos alvos prioritários da insurreição, como evidencia um poema satírico que circulou em Caracas à época: “*Si de Bolívar la letra con que empieza/ Y aquella con que acaba le quitamos,/ Oliva de la paz símbolo, hagamos,/ Esto quiere decir que del tirano/ La cabeza y los pies cortar debemos/ Si es que una paz durable apetece*mos” (ROJAS, 1962, p. 88).

estando no exercício do mandato de Presidente da República, devido à sua estadia no Peru e na Bolívia, o Libertador indultou todos os participantes da rebelião. Todo ímpeto reivindicatório da Venezuela foi reduzido, por esse instante, ao reconhecimento da autoridade suprema de lideranças locais, como Antonio Páez e Santiago Mariño, sem dever satisfação ao governo central de Bogotá. Em carta destinada a Páez, datada de 1828, vê-se o quão pessoal era o tom do acerto:

[...] Vd. verá, por una carta que tengo del general Santander para Vd., que he logrado convencer al gobierno de la necesidad de dividir a Colombia en tres estados. Santander quiere que todo se olvide para quedar como buenos amigos y vecinos. Yo creo que Vd. está loco, cuando no quiere venir a verme y teme que yo lo reciba mal. General ¿Vd. puede persuadirse de que yo sea menos generoso con Vd., que ha sido siempre mi amigo, que con mis propios enemigos? No crea Vd. tal cosa. Voy a dar a Vd. Un bofetón en la cara yéndome yo mismo a Valencia a abrazar a Vd. Morillo me fué a encontrar con un escuadrón y yo fui sólo, porque la traición es demasiado vil para que entre en el corazón de un grande hombre. No sé que decir a Vd. porque ya todo se ha acabado: ya yo he ahogado en el lago del olvido todo lo pasado, es decir los chismes, pues jamás dejará de estar muy cerca de mi corazón la amistad y el sacrificio que Vd. hace ahora a la felicidad y a la gloria de Venezuela (BOLÍVAR, 2011, p. 215).

A conciliação com os venezuelanos instaurou uma conjuntura de instabilidade jurídica e institucional que obrigou uma revisão da *Constitución de Cúcuta de 1821*, Carta Magna em vigor na Grã-Colômbia. Para tanto, foi convocada a *Convención de Ocaña* em 1828. Contudo, a instalação do congresso não foi capaz de distensionar o ambiente político. Já nos primeiros instantes da assembleia, formaram-se partidos em torno de projetos antagônicos. De um lado, deputados liderados por Francisco de Paula Santander⁶ defendiam uma república representativa com um sistema federalista⁷ que garantisse ampla autonomia para os Estados⁸; de outro lado, deputados vinculados a Bolívar

⁶ Francisco de Paula Santander (1792-1840) foi um líder político e militar colombiano, reconhecido como *El hombre de las leyes* devido ao seu papel na organização institucional da Grã-Colômbia. Ocupou o cargo de vice-presidente do país e atuou como presidente em exercício enquanto Bolívar combatia as forças realistas no Peru. Na *Convención de Ocaña* (1828), foi líder de oposição à *Constitución vitalicia*, considerando-a uma ameaça ao equilíbrio dos poderes. Nesse mesmo ano, foi acusado de participação na *Conspiración Setembrina*, uma tentativa de assassinar Bolívar. Consequentemente, foi preso e condenado ao exílio, retornando a Bogotá após a morte de Bolívar, em 1830.

⁷ Para uma discussão mais detalhada sobre a influência do Partido Federalista no cenário político da desintegração grã-colombiana, recomendo a leitura de *La Gran Colombia: Una ilusión ilustrada* (1985), de Luis Castro Leiva.

⁸ É pertinente apontar que a adesão de Santander à proposta federalista em Ocaña se deu pela demanda de manter uma obediência ao corpo legal diante dos avanços do que entendiam como poderes absolutos de Bolívar. Não é, portanto, uma aliança contraditória, se pensarmos em sua devoção ao credo liberal, muito menos um acordo centrado na simples ambição de poder. O próprio Santander explicaria essa circunstância: [...] *Y no se admire usted de verme federalista en 1828, porque a tal estado ha llegado esta nuestra Colombia, que sería musulmán si esto fuera preciso para que hubiera un Gobierno estrictamente liberal, que respetase las leyes y satisficiera los anhelos del pueblo colombiano, bien demostrados en diez y ocho años de revolución*” (SANTANDER, apud. GUERRA, 1908, p. 19).

viram na reunião uma oportunidade de adaptar a *Constitución Boliviana* à realidade da Grã-Colômbia. Em meio ao debate público de Caracas e Bogotá, diplomatas como o representante francês Buchet Martigny afirmavam a oportunidade de a *Convención* servir de palco para a ascensão do Libertador ao trono (ARDILA, 2015, p. 153-154), movimento bem-visto pelos emissários estrangeiros e insuflado por aliados de Bolívar, como Pedro Briceño Méndez e Rafael Urdaneta.

No entanto, em Ocaña, o Libertador percebeu a derrota iminente de suas pautas em virtude da maioria de santanderistas. Para contornar a situação, passou a atacar a legitimidade da *Convención*, a pretexto de esvaziar seu quórum e impedir a produção de um novo pacto político (ARDILA, 2015, p.162-163). Uma vez que a *Ley Fundamental de la República* fora derogada no ato de instalação da *Convención de Ocaña*, e que esta última fracassou em produzir um novo código legal, a anarquia jurídica permitiu que Bolívar assumisse uma ditadura pessoal, legitimando-se com base nos pedidos de atas públicas organizadas por seus aliados em um número significativo de *pueblos* (ARDILA, 2015, p. 164).

Frente a esse quadro, a manobra de Bolívar foi recebida como um ato de despotismo, levando a proclamações contra a ditadura em importantes cidades da Venezuela e de Nova Granada. Esse sentimento se intensificou no rastro de posicionamentos de periódicos e de lideranças políticas, e levou os *pueblos* venezuelanos a se alçarem novamente em 1829, acusando o governante de usurpador, tirano e pretense monarca. Como consequência, o *Congreso de Valencia*, em 1830, reafirmou a independência da Venezuela e exilou o outrora Libertador como desafeto público. Em pouco tempo, o sonho bolivariano de uma grande confederação americana se confrontava com sua própria finitude: enquanto a parcela neogranadina da República se submetia à força da condução bolivariana, a venezuelana se lançava à sedição e à guerra civil.

O farol da unanimidade antibolivariana

Nessa tumultuosa cena política, começou a circular o *El Fanal*, em dezembro de 1829. Seu conjunto de autores não é plenamente conhecido, mas estudiosos do período costumam atribuir um papel editorial relevante a Tomás Lander (ITURRIETA, 2008, p. 232-233), mesmo intelectual que, em 1826, havia empregado sua pena contra a *Constitución Vitalicia*. Promovendo um ácido discurso antibolivariano e defendendo ostensivamente a regeneração da antiga Venezuela, o periódico

despontou como um dos principais porta-vozes do debate público local. Ao total, foram 73 edições publicadas, em formato de duas colunas e quatro páginas, que por vezes eram acrescidas de um suplemento de uma ou duas páginas. Majoritariamente, o folheto se dedicou a reunir e disseminar documentos que fundamentassem a causa venezuelana de 1829-1830, além de emitir pareceres dos editores sobre acontecimentos e escritos que circulavam no contexto.

Em virtude da compilação de documentos variados — como proclamas e pronunciamentos, cartas privadas, notícias, comunicados remetidos aos redatores, papéis soltos e reprodução de textos e de outros periódicos —, a análise do *Fanal* permite acompanhar a fabricação do unanimismo em torno do objetivo de construir uma Venezuela livre e soberana. É importante enfatizar que a editorialidade do periódico atuou selecionando, legitimando e desacreditando discursos, de forma a produzir uma sensação de linearidade e constância unidirecional em relação ao percurso político venezuelano. Dessa forma, o periódico contribuiu para a produção de uma narrativa homogênea em torno do projeto de independência, ao mesmo tempo em que suplantava vozes e perspectivas destoantes.

Ao longo dos quase dois anos em que foi publicado, o *Fanal* teve duas fases. A primeira fase se refere ao intervalo entre 1º de dezembro de 1829 e 12 de junho de 1830, na qual foram publicadas 37 edições entre os marcos do pronunciamento de Caracas pela separação de Venezuela da Grã-Colômbia, bem como o desconhecimento da autoridade de Bolívar e do anúncio público da partida de Bolívar ao exílio. Já a segunda fase, entre 5 de fevereiro e 29 de outubro de 1831, contou com 36 edições, que vão da circulação da informação de morte de Bolívar em Santa Marta até a consolidação da independência da Venezuela, com a pacificação dos focos de resistência de entusiastas de Bolívar no Oriente. Nos dois períodos, há uma flutuação do tom por meio do qual a defesa e a construção do Estado soberano da Venezuela se articulavam, mas invariavelmente o antibolivarianismo seguia como fio condutor do discurso da unanimidade nacional.

Vale enfatizar que o unanimismo ao qual me refiro não foi um sistema político que buscava o consenso coletivo como forma de legitimidade social. Na verdade, tratava-se de uma performance de unanimidade, que dava aparência de vontade geral às decisões políticas do espaço deliberativo. Isso

é especialmente relevante na análise de Véronique Hébrard⁹ sobre o desenho da cena pública na Venezuela, composta — de acordo com o imaginário político das lideranças da independência — da tríade povo ignorante, elites ilustradas e corruptores da opinião (HÉBRARD, 2008, p. 129). Nessa idealização, a participação política do povo se limitava a investir seus representantes (oriundos das elites ilustradas) da soberania para que estes fixassem e expressassem a opinião pública¹⁰. Daí que todas as decisões políticas eram enunciadas como oriundas do querer coletivo ou do interesse geral.

Ao periodismo competia uma função central nessa dinâmica, permitindo às elites um campo de ação política mais abrangente na cena pública, fora dos limites dos gabinetes e do congresso. Conforme argumenta Elias Palti, por meio da circulação de impressos, para além do papel de ilustração popular e de disseminação da opinião pública, os intelectuais tratavam de desenhar estratégias, traçar alianças, mobilizar a ação política coletiva, conectar e direcionar diferentes esferas do poder, além de retificar e denunciar as violações à vontade coletiva. Assim, a análise da imprensa do século XIX depende da compreensão de seu caráter de ação política:

[...] desde el momento en que los textos dejan de ser concebidos como meros vehículos para la transmisión de ideas y pasan a ser percibidos como constituyendo ellos mismos hechos políticos, la acción periodística instalará un nuevo orden de prácticas que atravesará la oposición entre la acción material y la acción simbólica (PALTI, 2008, p. 231).

O *Fanal* promoveu um periodismo devotado a esse espírito. Portanto, é compreensível que seus redatores tenham se engajado no combate aos que se concebiam como corruptores da opinião pública venezuelana. Segundo os trabalhos de Hébrard, corruptores são figuras rivais às elites governantes, igualmente filhos da ilustração que, entretanto, atuavam em oposição ao pacto unanimista. Por isso,

⁹ Nesse texto, Hébrard discute, mais especificamente, a conjuntura da 1ª República da Venezuela (1810-1811). Contudo, acredito que seja possível recuperar essa classificação e adequá-la às circunstâncias do final da década de 1820.

¹⁰ Os usos do conceito de *opinión pública* variavam de acordo com o que se considerava público ou povo. Essa correlação explica a polissemia do conceito ao longo do XIX. Para este artigo, considerarei opinião pública como um sistema de autorização e legitimação que buscava conferir um valor de vontade geral a atos e discursos políticos com a pretensão de conformar ou representar unanimidades. No contexto do discurso separatista venezuelano, o sujeito das opiniões se restringia à esfera deliberativa da sociedade — à elite ilustrada que tinha sua participação política reconhecida pelos seus pares — excluindo outros grupos sociais, como destacado por Hébrard (2008). Para uma compreensão mais aprofundada sobre o tema, recomendo a leitura de *El tiempo de la política* (2007), de Elias Palti.

eram conotados como facciosos, agentes do despotismo e da supressão das liberdades¹¹ (HÉBRARD, 2008, p. 131).

Se no contexto da Primeira República (1810-1811) a definição servia para descrever as elites que permaneceram leais à coroa espanhola, no cenário da década de 1820 essa seria uma atribuição do Libertador e de seu séquito, apresentados como os principais adversários da opinião conformada pelos *pueblos* da Venezuela. O tratamento atribuído a esse grupo pelas escolhas editoriais do *Fanal* reiterava a percepção de sua condição de deturpadores do interesse público.

Exemplo disso é a republicação do papel solto *Atentado público*, que circulava em Cumaná em janeiro de 1830, escrito sob o pseudônimo de *Muchos ciudadanos*. O documento confrontava outra folha avulsa, intitulada *El voto anticipado de algunos cumanenses*, que, segundo a descrição, criticava o pronunciamento no qual os caraquenhos depunham a autoridade de Bolívar e reafirmava uma posição a favor do Libertador em Cumaná. Depois de imputar a seus rivais o objetivo de semear a anarquia entre o cumanenses, o papel solto concluía sua argumentação com o seguinte trecho:

Protestamos de buena fe, que el autor, o autores del enunciado folleto, han atentado contra los sagradas principios de nuestro sistema político: que han atentado contra los sentimientos patrióticos de un pueblo ilustrado y republicano, que han atentado contra la seguridad del departamento de Maturín, empleando la seducción, la intriga, la falsedad, la sugestión &c. &c., para que se reproduzcan las escenas de luto, llanto y orfandad que afligieron el suelo oriental en el último periodo de sus calamidades públicas [...]. Concluyendo con asegurar en honor de nuestros conciudadanos que más previsivos e ilustrados que el corifeo de las sombras guiadas en las tinieblas, despreciarán sus torpes y peligrosas lecciones para oír la voz imperiosa de nuestra cara patria, que, implorando el auxilio de sus buenos hijos, les pide unión y concordia, para rescatar el estimable tesoro de su libertad y con ella sus derechos más sagrados¹².

A reação dos *Muchos ciudadanos* é paradigmática para a compreensão dos postulados unanimistas. O documento partia da afirmação de uma ameaça compartilhada: um grupo de adversários capaz de promover a calamidade pública por meio de ardis sofisticados como a sedução, a intriga e a falsidade. Ao mesmo tempo, ao apelar à voz inquestionável da pátria, à união e à concórdia para proteger a liberdade e os direitos sagrados dos cidadãos, o texto reforçava os laços da comunidade discursiva em torno da defesa de uma verdade considerada indubitável.

¹¹ Tal modelo pressupõe a não aceitação de oposições ideológicas, daí a opção pela difamação e pela exclusão do outro diante da contraposição à posição política revestida pelo argumento da vontade geral (HÉBRARD, 2008, p. 131).

¹² “Atentado público”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 9, p. 42, 27/01/1830.

Tais considerações elucidam o funcionamento do antibolivarianismo como eixo narrativo para alinhar a opinião pública e defender o projeto de república estabelecido pelos venezuelanos. Isso não significa que os discursos se baseavam em ideias simplificadas de “nós” e “eles”. Por trás dessa imagem, questões mais profundas e complexas moldavam as percepções sociais e os desejos coletivos, de modo que a contraposição ao Libertador foi basilar para consolidar a identidade venezuelana e para orientar seu debate público ao longo de toda a década de 1830. Conforme busco demonstrar a seguir, para entender essa dinâmica, mais do que acompanhar a história das ambições de uma elite política, é necessário nos atentarmos para a articulação de um repertório político capaz de organizar aspirações e rejeições partilhadas por toda uma sociedade.

Um passado para legitimar a unidade: a *regeneración de la antigua Venezuela*

Observar a publicação do *El Fanal* permite reconhecer os padrões discursivos e seu espraiamento pelo território venezuelano. Em linhas gerais, o pronunciamento do *pueblo* de Caracas foi a principal referência para o discurso separatista, tendo sido tema de debates nas duas primeiras edições do periódico¹³. A partir dele, nas publicações posteriores é possível notar pronunciamentos e comunicações de outras cidades e departamentos em adesão ao voto da capital. Cumaná¹⁴, Valencia¹⁵, Puerto Cabello¹⁶, Achaguas¹⁷, Trujillo¹⁸, Coro¹⁹, entre outras municipalidades, apareciam com frequência no periódico para dar conta da proliferação da causa separatista.

Suas enunciações, por mais diversas que pudessem ser, gravitavam em torno de um conjunto de temas que também apareciam nos editoriais do periódico: a destituição da autoridade de Bolívar e dos representantes de Bogotá; a rejeição à persona pública do libertador por seu despotismo ou por sua pretensão de estabelecer uma monarquia; a intenção de formar um *gobierno republicano, popular, representativo, alternativo, responsable y electivo*; a recuperação da memória e a filiação à

¹³ “Breves indicaciones acerca de los justos motivos [...]”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 1-2, p. 1-3 e 5, 24/12/1829.

¹⁴ “Pronunciamento de la ciudad de Cumaná”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 2, p. 7-8, 29/12/1829.

¹⁵ “Nuevo pronunciamento de la capital de Carabobo”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 3, p. 12, 08/01/1830.

¹⁶ “Rectificación del pronunciamento del pueblo de Puerto Cabello [...]”, *El Fanal*, n. 3, p. 14-15, 08/01/1830.

¹⁷ “Exposición de varias señoras de Achaguas [...]”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 5, p. 24, 13 /01/1830.

¹⁸ “Juan Bautista Arismendi [...]”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 10, p. 45, 30/01/1830.

¹⁹ “Pronunciamento espontaneo y solemne de la Provincia de Coro”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 17, p. 74, 24/02/1830.

experiência da primeira independência venezuelana; o reconhecimento de José Antonio Páez como chefe Supremo da Venezuela até que uma nova legislação fosse estabelecida; e a adesão ao *Congreso de Valencia*, convocado para a elaboração de uma nova constituição, em 1830. Cada um desses elementos merece uma análise mais aprofundada, mas, por enquanto, quero dar enfoque aos impactos da produção de uma memória para a república e da definição de um modelo de governança.

A opção por recuperar o momento da Primeira República da Venezuela (1810-1811) ofertou uma arquitetura discursiva da qual despontavam várias enunciações interdependentes. A reivindicação do passado permitiu fundamentar o movimento de 1830 em uma ancestralidade, ao passo que rechaçava o contexto de predominância de Bolívar sobre o Estado venezuelano (1812-1829). Paralelamente, a associação com a Primeira República foi empregada para refutar a ideia de que o separatismo estaria implicado na desordem ou na anarquia, postulando-se assim o retorno à estabilidade passada de governo constitucional e de garantias legais de liberdade. Por isso, os pronunciamentos de 1830 optaram por utilizar termos como “[...] *nuestra regeneración actual*”²⁰ para se referir ao objetivo comum de restaurar a ordem política da *antigua Venezuela* de 1810²¹. Esse marco foi progressivamente incorporado à assinatura das cartas de gerais e representantes, sendo considerado o ano um da história da Venezuela. Tal medida restituía uma temporalidade e uma narrativa que contemplavam outros protagonistas além de Bolívar, diminuindo sua importância ou até mesmo tornando-a contraproducente.

Ao se apresentarem como herdeiros da *Revolución del 19 de abril de 1810*, os regeneradores de 1830 traçavam continuidades na luta contra o despotismo. Assim como a Primeira República havia se rebelado contra o absolutismo espanhol, a nova insurgência venezuelana combatia a tirania e a ambição bolivariana. Isso explica por que os documentos publicados no *El Fanal* condenaram efusivamente os projetos do Libertador, comparando-os recorrentemente à monarquia borbônica. No editorial da edição número 14, em que os redatores condenavam as celebrações públicas em honra ao aniversário de Bolívar, pode-se ler:

²⁰ “A S. E. El General en Jefe José Antonio Páez”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 19, p. 84, 03/03/1830.

²¹ O termo *regeneración* aparece nesse cenário como um antônimo de corrupção. Seu uso foi corrente nas duas margens do Atlântico ao longo de todo século XIX. Para o caso venezuelano, em espacial, é possível rastrear seu uso desde a *Conspiración de Gual y España*, em 1797. Contudo, no movimento de 1810, *regeneración* dizia respeito à reestruturação do pacto social — dissolvido com a acefalia monárquica de 1808 — por meio da ação do voluntarismo ilustrado na direção de uma modernização política gradual sem sobressaltos à ordem social (CURIEL LEAL, 2008, p. 109). Ao que parece, esse também era o sentido com o qual o termo foi empregado em 1830.

La opresión y degradación de los pueblos, han hecho siempre celebrar con magnificencia el nacimiento de aquellos hombres que más bien los han encaminado a su ruina, que al rango de elevación a que la naturaleza les había destinado. [...] las funciones de júbilo con que se celebraba el cumpleaños de los Carlos y Fernandos de Borbón, y los aparatos con que se manifestaba el sentimiento por las muertes de las Luisas é Isabelas. [...] A nuestra presencia se han hecho grandes festividades por el nacimiento del General Simón Bolívar: su retrato era sacado en procesión, y colocado en un templo que se construía al intento en la plaza mayor de esta capital: allí se le mantenía con multitud de luces, cual otro santo, y estaba custodiado por dobles centinelas tres días consecutivos. ¡Ah ignorancia y cuanto puedes! [...] Pero afortunadamente ha desaparecido ya de entre nosotros tan fatal humillación, y estamos cubiertos de placer al contemplar, que no celebraremos más el natalicio de los tiranos, ni de ningún hombre. Empero sí lo verificaremos por el aniversario de nuestra regeneración política, y por el del establecimiento y reunión de la gran convención Venezolana [...]”²².

Do mesmo quilate era a afirmação do *Fanal*, ao polemizar contra a *Gaceta de Bogotá*, de que ninguém lutaria pela independência se soubesse que ela “[...] *no tenía otro objeto que cambiar a Fernando VII por Simón I, es decir, sujetarnos a un amo mucho más cruel, y arbitrario que el que anteriormente teníamos*”²³.

Essa reiterada comparação abria flanco para um importante argumento jurídico: a situação de acefalia jurídica promovida pelo esvaziamento da *Convención de Ocanã* e pela ditadura pessoal de Bolívar passava a ser caracterizada como similar à situação de *vacatio regis* de 1810. Nesse aspecto residia o argumento de uma nova retroversão das soberanias aos *pueblos*, que legitimava, do ponto de vista do direito natural, a reconfiguração do pacto social em uma nova constituição. Nesse marco de licitude que se embasou a instauração do *Congreso de Valencia* de 1830:

Venezuela se encuentra hoy en la misma situación que el 19 de Abril del año de 1810: entonces rompimos los vínculos políticos que nos unían a la nación española, y ahora hemos despedazado los lazos que nos ligaban a la administración de Bogotá de que era Jefe Bolívar: en ambas ocasiones hemos principiado la lucha de la libertad contra la tiranía, después que no han sido bastantes las razones que hemos presentado en apoyo de nuestras resoluciones. [...].

Venezuela a nuestros ojos se encuentra en el día con los despojos de la legislación española y de la legislación colombiana: una y otra incompatibles con la prosperidad de este suelo, porque las leyes de una vieja monarquía y de una república reciente, cuyo jefe se encaminaba al trono, no han podido ni podrían jamás hacer la dicha de sus habitantes. Tenemos pues, que hacer todo de nuevo y olvidar todo lo que hemos hecho. La obra es grande y difícil y no lo es menos el encontrar los hombres que tracen y levanten el edificio social sobre el plan que

²² “Los Editores”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 14, p. 63, 13/02/1830. Itálico meu.

²³ “Artículo sin título del nº 25”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 25, p. 108-109, 23/03/1830.

siempre hemos deseado: gobierno popular, representativo, alternativo, electivo y responsable²⁴.

Mesmo antes de aparecer como justificativa no plano legal, esse vocabulário circulava em assembleias municipais e casernas, bradado em estímulo à coragem na defesa armada pelos direitos dos cidadãos. Assim anunciava a assembleia de Puerto Cabello:

[...] nos contentemos con no depender del Rey de aquellos, más humillándonos ante un nuevo Señor? [...] estamos pronto a firmar con sangre; que nuestro gobierno ha de ser popular, representativo, alternativo, y responsivo, por ser inalterables los principios que se establecieron el memorable 19 de Abril de 1810, de libertad, igualdad y seguridad²⁵.

De modo similar, proclamou o general Francisco Bermúdez, instigando seus combatentes, em Cumaná, a dar a própria vida em defesa da liberdade:

SOLDADOS: ¿dejaremos nuestra suerte, la de nuestros padres, nuestras esposas y nuestros hijos a la elección de un tirano, cuyo puñal empapado en la sangre de aquellos, cantará victoria? No, compañeros, llegó el día feliz de decretar nuestro futuro destino de un modo enérgico, decoroso, legal y solemne. Ser libres o morir fueron nuestros votos en 1810, y ser libres o morir son nuestros votos en 1830²⁶.

Ou seja, ao recuperarem a Primeira República, os separatistas venezuelanos estabeleceram uma herança legitimadora de suas ações políticas posteriores, tanto nas leis quanto na espada. Por outro lado, as condenações a Bolívar não eram infundadas conexões com um antigo inimigo.

Havia todo um esforço do *Fanal* e dos discursos venezuelanos para desvelar o que acreditavam ser um projeto monarquista nas Américas. A peça central dessa denúncia foi a publicação da carta privada de Pedro Briceño Méndez ao General Francisco Bermúdez. Marido de Benigna Palacios Bolívar, sobrinha do prócer, Briceño Méndez era considerado um interlocutor do círculo privado do Libertador. Essa posição lhe garantia a possibilidade de atuar como emissário informal dos interesses de Bolívar e, ato contínuo, negar que este tivesse qualquer conhecimento de suas ações. Com esse subterfúgio, Briceño Méndez tentou atrair Bermúdez, que à época atuava como chefe político e

²⁴ “Elecciones para el próximo congreso”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 22, p. 98, 10/03/1830.

²⁵ “Rectificación del pronunciamiento del pueblo de Puerto Cabello [...]”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 3, p. 14, 08/01/1830.

²⁶ “Proclama [de Bermúdez al departamento de Maturín]”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 18, p. 82, 27/02/1830. Itálico do original.

militar do departamento de Maturín, para apoiar o estabelecimento de uma monarquia na Grã-Colômbia:

[...] empezaron a excogitar, en el interior, el proyecto de constitución que más nos conviniese, y hubo alguno tan atrevido que presentó a la discusión el de una Monarquía. [...] Conozco las ventajas y los inconvenientes de este proyecto, que por una parte se me presenta como el remedio único y la tabla de salvación no solo de Colombia sino de la América, y por otra como el escollo más inevitable de nuestra ruina. [...] los Gobiernos Europeos piensan que debe constituirse la América bajo esta forma, y la sostienen debidamente, nos resultará el inmenso bien de consolidarnos y de salir del caos de incertidumbres y temores en que vivimos; pero también es cierto que, si nosotros no nos unimos y trabajamos de acuerdo, nos envolveremos en disensiones y guerras [...]. Quizás yo puedo detener el curso del proyecto, aun cuando este muy avanzado, si me presento con las luces que le pido, sobre en opinión. Tengo esta confianza porque sé que el Libertador no está instruido del proyecto, y que él me ayudará a paralizarlo y destruirlo una vez que le pruebe que U. y otros amigos suyos no están por semejante reforma; así como también creo que, si no está decidido a entrar en él, se decidirá luego que sepa las disposiciones favorables de todos sus antiguos compañeros²⁷.

A publicidade desse documento pessoal foi basilar para a argumentação de que existia um programa monarquista no seio do séquito mais íntimo de Bolívar. Por isso, trechos da carta são citados constantemente pelos editoriais do *Fanal* e por outros documentos públicos da época. Essa constância me permite analisar um segundo elemento dos discursos de 1830: a escolha de um modelo de governo.

Aventar a existência de um plano monárquico nas fileiras do unionismo e do bolivarianismo permitia às lideranças regeneradoras firmarem uma distinção em relação aos significados da modernidade política desejada para as Américas. Enquanto imputavam a seus adversários a tirania, o absolutismo e o domínio pela força das armas, os venezuelanos se identificavam com o desejo de ordem e de preservação dos princípios liberais e dos direitos da cidadania, o que culminava, em última instância, na defesa de um “[...] *gobierno republicano, popular, representativo, alternativo, responsable y electivo, que consideran el más adaptable a sus costumbres, clima y circunstancias*”²⁸.

Os predicados de alternativo, responsável e eletivo eram uma resposta direta ao presidencialismo vitalício e inimputável da *Constitución Boliviana*. Em seu turno, a reafirmação do republicanismo, que poderia parecer redundante, corrobora a ideia de que a monarquia era uma ameaça no horizonte dos venezuelanos. Por fim, as opções por popular e representativo denotavam

²⁷ “Carta dirigida al Excmo. S. General en Jefe José Francisco Bermúdez, por el General de Brigada Pedro Briceño Méndez”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 2, p. 7, 29/12/1829. Itálico do original.

²⁸ “Exposición del pueblo de Caracas a S. E. el Libertador Presidente”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 2, p. 6, 29/12/1829.

uma administração pública legitimada pelo voto do(s) *pueblo(s)* e regida pela ilustração das elites delegadas pela soberania popular.

Outro aspecto dessa divergência programática foi a retomada do debate a respeito da soberania. Aqui, as opções editoriais do *Fanal* são mais uma vez elucidativas sobre o imaginário político venezuelano do período. Ao republicar o folheto *El Voto de Manabí* seguido de comentários, os responsáveis pelo periódico trabalhavam com a construção da opinião de um adversário para reafirmar sua própria posição. O referido documento tratava das instruções ao deputado eleito por Manabí, cidade localizada no departamento de Quito, para compor o *Congreso Admirable*²⁹. Entre elas, a proposição de um poder executivo de faculdades extraordinárias: caso surgisse a oportunidade, o delegado deveria ratificar a instauração de um governo monárquico; caso não, bastaria a defesa de um presidencialismo vitalício, com a possibilidade de indicar seu sucessor imediato. Em ambos os casos, Bolívar era o governante pretendido pelos manabitas. De qualquer modo, o que quero enfatizar aqui é uma recomendação que, à primeira vista, pode parecer menos importante:

Que como no es más que un problema político el que la soberanía reside esencialmente en la nación, que es lo mismo que admitir un efecto sin causa, o si solo se deriva de ella ejemplarmente, por cuanto todo gobierno trae su origen de la sociedad doméstica, lo que es más conforme a la historia del género humano, estampada en los libros sagrados del cristianismo; no debe insistirse por nuestro diputado en asentarlo como principio, aunque las constituciones modernas lo hayan admitido cual un axioma político, por los inconvenientes que han resultado y que resultarán en adelante: no siendo el menor, la facilidad con que con tal idea facticia se descubre un flanco por donde se ataque el gobierno más cimentado; no estando seguros ni los congresos legislativos, ni los monarcas más legítimos, de los efectos de la ignorancia y el descontento³⁰.

Os manabitas, portanto, instruíram seu deputado a ignorar que a soberania derivava da vontade dos *pueblos*, por mais moderno que fosse esse postulado. Essa postura pivotava em um apoio implícito a um executivo cesarista com poder centralizador sem entraves, endereçado a estabilizar a política e a liquidar as chances de o faciosismo prosperar sobre a república. Em seu turno, o comentário dos redatores do *Fanal* deslinda esse argumento como um endosso ao despotismo, visto que:

²⁹ O *Congreso Admirable* foi a última tentativa de Bolívar de estabilizar a Grã-Colômbia por meio de uma constituinte. Reunido em Bogotá entre 20 de janeiro e 11 de maio de 1830, o congresso estabeleceu uma nova constituição de caráter centralista e com um presidencialismo forte. No entanto, manteve a forma de governo republicana e consolidou o princípio da alternância no poder político.

³⁰ “El voto de Manabí”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 13, p. 59, 10/01/1830.

[...] siendo un axioma político, que la soberanía reside en la nación, los pueblos de Venezuela usando de este derecho inalienable, han querido proveer a su seguridad y ponerse a cubierto de las insidias de un gobierno que ha traicionado los principios proclamados en Colombia³¹.

A posse da soberania concedida pelos *pueblos* foi uma alegação capital para o movimento regenerador de 1830, uma vez que significava uma autoridade que o distinguia diametralmente de Bolívar. Isso é o que evidenciava a publicação do papel solto maturinense *Al Gobierno de Bogotá*, que se remetia ao Ministro do Interior da Grã-Colômbia, José Manuel Restrepo, nos seguintes termos:

[...] Sepa también el Gobierno de Bogotá que el pueblo es soberano y que el procedimiento de Venezuela es obra del pueblo, lo que no fue nunca la investidura de Presidente o Dictador del Estado en el General Bolívar, pues para ello lejos de obrar la voluntad, se practicó la intriga y el más bajo de los manejos.

[...]

Para Venezuela Sr. Ministro es indiferente que se reúna o no el admirable Congreso, porque ella se ha pronunciado contra las cadenas que allí iban a forjarsele. Sí, estas son las bases sólidas sobre que se ha estado trabajando hasta ahora, no se nos hable más del Congreso del año de 30, de instituciones sabias, de gobierno vigoroso, enérgico, &c porque en el corazón de los buenos republicanos no calan estas antífonas, tan viejas como las doctrinas de los tiranos, y estas y aquellas son unas mismas³².

Em suma, ainda que a partir de 1842 o Estado Venezuelano tenha passado a reivindicar Bolívar como herói fundador, a construção política da Venezuela de 1830 esteve intimamente relacionada ao antibolivarianismo. A arquitetura da linguagem que reunia seus *pueblos* em torno de uma unanimidade passava necessariamente pelo rechaço àquele que outrora fora reconhecido como Libertador e aos projetos de sociedade que ele representava.

Um giro ao bolivarianismo e ao partidarismo

Ao perseguir obstinadamente a fórmula do poder executivo de faculdades extraordinárias, Bolívar galvanizou contra si uma opinião que o descrevia como um opressor cruel e inconsequente, capaz de empregar os mais vis artifícios para se manter atrelado ao poder. De outra parte, os venezuelanos não eram apenas opositores; ao contrário, defendiam a retomada de princípios liberais

³¹ *Ibidem*.

³² “Al Gobierno de Bogotá”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 15, p. 89, 04/03/1830.

e de uma ordem política assentada na capacidade de representação da elite. Isso não implicava, de forma alguma, a democratização dos espaços da política, mas sim a reorientação, de cima para baixo, do que Veronique Hébrard chamou de *geografía social e territorial de la opinión pública*, isto é, uma série de parâmetros para o acesso ao político que dependiam, primeiramente, da participação na concepção de cidadão ilustrado e, em segundo lugar, da coabitação no suposto centro ilustrado da República, a capital Caracas (HÉBRARD, 2008, p. 129-131). Portanto, em última instância, a dissolução da Grã-Colômbia foi fruto do embate entre projetos políticos inconciliáveis que fissuravam o pacto social a ponto de precipitar uma guerra civil.

Em meio à fragmentação implicada na restituição da soberania aos *pueblos*, a aversão ao Libertador aglutinava grupos diversos ao redor de pautas fundamentais para uma nova ordem social. Nessa esteira, despontavam como premissas consensuais o republicanismo, a defesa da alternância do poder, a opção por governo representativo e eletivo e a condenação ao mando a partir das armas.

A nova República, pretendida pelos regeneradores de 1830, batia-se de tal modo contra Bolívar que a vontade geral e o antibolivarianismo se confundiam. Ao passo que essas diretrizes guiavam a estruturação da política nacional, a possibilidade de recuperar o legado bolivariano se tornava um tabu na política venezuelana. Isso explica a razão pela qual, mesmo após seu falecimento, o prócer permaneceu 12 anos exilado da pátria que o viu nascer.

Os estudos de Elías Pino Iturrieta lançam luz sobre essa perspectiva quando apontam que a Venezuela foi fundada em 1830 por um pacto entre as elites políticas, sob uma organização não institucional chamada *Sociedad Económica de Amigos do País*, criada em 1829. Agregando proprietários, intelectuais, burocratas e umas poucas lideranças da independência, a *Sociedad* estabeleceu uma agenda comum para os diversos grupos — um projeto de modernidade para a Venezuela baseado na primazia do poder civil, no princípio de alternância dos cargos públicos, na limitação do acesso à cidadania pelas camadas populares, no retorno a valores liberais da Constituição de 1811 e na oposição ao governo vindo de Bogotá, que representava a integralidade da Grã-Colômbia (ITURRIETA, 2013).

Simultaneamente à formulação do projeto nacional venezuelano, o Estado grã-colombiano entrava em colapso. Simón Bolívar exerceu sua última ditadura (1828-1830) em uma tentativa desesperada de salvar a união entre Venezuela, Nova Granada e Quito. Nesse cenário conturbado, as adjetivações atribuídas ao Libertador pela opinião pública eram muito diferentes da imagem heroica

com a qual geralmente ele era louvado na documentação da época. Era comum que periódicos como o *El Fanal* (1829-1831) fizessem circular editoriais, documentos públicos, cartas e papéis soltos que retratavam Bolívar como um tirano³³, um ditador liberticida³⁴ ou um pretense monarca das Américas — comparando-o aos Bourbon de Espanha³⁵ —, que se amparava no mando das tropas para exercer o domínio daquilo que não conseguia controlar por meio da política³⁶.

A bibliografia sobre a política dos anos 1820 reforça que o outrora herói era lido, no contexto, como um governante militarista e personalista (HEBRÁRD, 2002, p. 452; PLAZA, 2002, p. 67-68), apegado excessivamente à ideia de sua própria indispensabilidade ao exercício do poder (FREDRIGO, 2009, p. 4-5), propenso a ampliar a participação popular na política mediante a “perigosa” integração das camadas populares ao exército (HEBRÁRD, 2002, p. 441-442), promotor de uma união centralista a partir de Bogotá, e defensor da imposição da *Constituição boliviana* de 1826 para a Grã-Colômbia, o que culminaria na conformação do poder público a partir de instituições iliberais, a exemplo da presidência vitalícia e inimputável (ARDILA, 2015, p. 151).

É possível argumentar que a formação de uma opinião pública contrária ao Libertador na Venezuela respondia ao desenho de Bolívar como uma antítese do projeto liberal em torno do qual se reunia a *Sociedad de Amigos del País*, e, conseqüentemente, dos debates que conformaram a Venezuela independente. A nova ordem legal estabelecida pela Constituição de 1830 — caracterizada pelo civilismo, pelo antimilitarismo e pela restrição da cidadania — esteve intimamente associada ao reconhecimento de Bolívar como um empecilho à manutenção da ordem pública venezuelana.

Em 1830, Bolívar morreu em Santa Marta, Nova Granada (atual Colômbia), a caminho do exílio. Contudo, a aversão pública à sua imagem não foi dirimida pelo luto. Os dirigentes da Venezuela, embora não censurassem enunciados individuais sobre Bolívar, mantiveram um embargo ao herói no campo da memória pública. É possível relacionar essa postura com a consolidação de um afã unanimista.

Como resposta à insegurança institucional dos primeiros anos do republicanismo nas Américas, o unanimismo se sustentava em uma proposição dupla: evitar o perigo da anarquia proveniente de

³³ “Artículo sin título del n. 24”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 24, p. 106, 17/03/1830.

³⁴ “Ejemplo heroico”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 7, p. 33, 20/01/1830.

³⁵ “Los editores”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 14, p. 63, 13/02/1830.

³⁶ “Necrología”. In: *El Fanal*, Caracas, n. 1, p. 4, 24/12/1829.

contendas partidárias e limitar o espaço de dissenso político (PALTI, 2007, p. 173-177). Na Venezuela, esse modelo se manifestou na concepção do espaço deliberativo (composto de representantes eleitos, imprensa e intelectuais) como porta-voz de uma opinião pública homogeneizada. Essa proposição se fundamentava na expectativa de que os homens ilustrados que compunham a deliberação teriam a capacidade de desvendar e expressar a voz unânime da nação. Em contrapartida, a rejeição à partidarização reafirmava o temor que a sociedade, fragmentada em grupos de interesses, cairia inevitavelmente na luta intestinal entre facções que romperiam com o frágil pacto social que formava a nação, levando a República a desordem e conflitos internos. Uma síntese desse argumento pode ser lida no contemporâneo *Manual político del venezolano*, atribuído a Javier Yanes:

Bajo un orden semejante es muy probable que la voz pública pronunciada por los representantes del pueblo esté más de acuerdo con el bien público, que si se pronunciase por el mismo pueblo congregado al intento. Por la otra parte puede invertirse el efecto: hombres facciosos por temperamento, llenos de preocupaciones locales, de miras siniestras pueden por medio de la intriga y de la corrupción, obtener primero los sufragios y hacer traición a los intereses del pueblo (YANES, 1839, p. 93).

Em suma, o unanimismo buscava uma harmonia social, evitando que a política criasse grupos com interesses fixos e opositores, como os partidos, que se lançassem à disputa pelo poder. Essa forma de organização do político estava orientada por uma dupla restrição: por um lado, buscava-se fixar a opinião pública no debate político racional em espaços limitados aos indivíduos ilustrados que dirigiam o Estado venezuelano; por outro, evitava-se transparecer, para o restante da sociedade, que existiam divergências entre os que compunham a deliberação política (HÉBRARD, 2008, p. 139).

Desse modo, por meio da dupla recusa, em 1833 e 1839 (TORREALBA LOSSI, 1983, p. 50), em transferir os restos mortais do Libertador de Santa Marta (atual Colômbia) para Caracas, o Congresso venezuelano reforçava a posição de porta-voz da opinião pública, ao passo que atuava para a manutenção de uma aparência de unanimidade. Nesse sentido, é interessante perceber que no interior da negativa do lugar à memória pública de Bolívar na Venezuela se encapsulavam outros enunciados: rejeitava-se o projeto da Grã-Colômbia, princípio que legitimava a existência de uma Venezuela independente, recusava-se lugar à divergência na política e se reafirmava a autoridade política do espaço deliberativo sobre os novos rumos da Venezuela como uma força política independente da herança bolivariana.

Por outro lado, tal qual uma profecia autorrealizável, de fato, aqueles que ousaram reivindicar o legado de Bolívar, na década de 1830, fizeram-no por meio das armas, incorrendo no facciosismo que a lógica unanimista pretendia evitar. Foi o caso da *Revolución de las Reformas*, de 1835, na qual líderes do antigo exército libertador derrubaram o governo civil eleito de José María Vargas (1835-1836). Embora rapidamente debelado, o movimento reformista contribuiu para a interdição do bolivarianismo e dos partidos, que passaram a se associar ao militarismo e às facções, antagônicos aos governos civis e constitucionais. Nesse cenário, qualquer projeto para um agrupamento de oposição permanente, mesmo que não violasse os preceitos legais, teria de superar acusações de sedição, de desrespeito pelo debate público racional e unânime, ou um regresso à “anarquia militar” de 1835.

Contudo, esse episódio também abriu espaço para reconsiderações em relação ao papel histórico de Bolívar. Ironicamente, coube ao mesmo Tomás Lander, que devotou o *El Fanal* a denunciá-lo como tirano, o exercício de construir discursivamente um Bolívar superior aos conflitos internos venezuelanos e a serviço do apaziguamento das relações políticas. Em uma petição pública a Vargas, então presidente reconduzido ao poder, contra o que considerava ser uma punição excessiva aos reformistas, o periodista destacava o papel do exemplo do Libertador e ativava a memória da reconciliação e a unidade venezuelana:

[...] De lo que voy diciendo no se infiere, Excmo. Sr., que estoy por la impunidad de los excesos de Julio, que deploré y reprobé en alta voz. Pero sí quiero decir, que debemos penar a sus autores, no de un modo que los exterminé, sino de una manera que los corrija. ¿Adónde iríamos hoy, si hubiésemos decapitado a los jefes o notables de todas las conspiraciones colombianas y venezolanas? Si Bolívar en 1827 hubiera sometido a Paéz a todo el rigor de las leyes entonces existentes, ¿hubiera contado Venezuela en 1835 con los servicios del denodado y filantrópico caudillo, que tanto ha contribuido a salvarla? [...] (LANDER, 1836, p. 6-7).

Bolívar y Paéz, presidiendo a Colombia y Venezuela, supieron en ocasiones solemnes como las actuales, abrazar a los enemigos suyos, y de las instituciones que regían: supieron de este modo convertir en ciudadanos fieles, a enemigos tenaces. Imítelos, V. E., son raras ocasiones semejantes. [...] Arráiguese V. E. en los corazones de los desventurados, que al crimen de conspirar sin objeto plausible, unieron la desgracia de ser vencidos. [...] (LANDER, 1836, p. 11-12).

A virada da opinião pública em relação a Bolívar, iniciada por Lander, completou-se com a fundação do Partido Liberal, em 1840. O surgimento de uma oposição organizada e partidarista significou a cisão definitiva entre os grupos que fundaram a Venezuela em 1830. De um lado, os

liberais aglutinavam os agricultores, defensores de um papel mais ativo do Estado na organização da sociedade e na restrição da usura; do outro, os governistas³⁷ reuniam os comerciantes de Caracas, que comandavam o Estado desde os anos 1830 e se empenhavam em uma política pública de *laissez-faire*. Naturalmente — como mostra o trabalho de Capriles — os governistas identificavam os liberais com a anarquia e a ruptura do unanimismo:

La oposición, encabezada periodísticamente por Antonio L. Guzmán, significaba el desorden de la oclocracia para el «Partido del orden» y recurre con frecuencia al argumento de la opinión pública como fuerza que se opone al continuismo, al despotismo de las instituciones o de los cargos (CAPRILES, 2009, p. 1111).

Como contraofensiva, os liberais — em especial Antônio L. Guzmán, por meio do periódico *El Venezolano* — passaram a articular uma progressiva reabilitação da memória pública do Libertador. Ao mesmo tempo em que reclamavam a herança de um Bolívar civilista, extraíam dele a legitimidade da existência de partidos, sob o argumento de que o pacto social que conformava a República não se sustentava na restrição à partidarização, mas na história compartilhada das lutas pela independência³⁸. Logo, Bolívar era a chave para a memória de uma unidade tão forte que permitiria o dissenso político sem provocar a fratura da sociedade.

Ao expor, com um discurso simples, as propostas da nova agremiação, Guzmán se alçava à posição de intérprete e porta-voz de um movimento interessado em dialogar com as classes populares e recuperar as promessas sociais de ingresso à cidadania das independências, identificadas com Bolívar. A sinergia entre o novo projeto esgrimido pelos liberais e o imaginário popular sobre o herói das independências valeram a Guzmán uma identificação com o Libertador, a ponto de ser aclamado popularmente com brados de “¡Viva el segundo Bolívar!” (ALTEZ, 2018, p. 192).

O sucesso comunicacional do bolivarianismo liberal motivou os governistas a renunciarem a uma década de aversão a Bolívar e permitiu, sob o controle do governo, a realização do traslado dos restos mortais do Libertador até Caracas, em 1842. Aqui, completou-se um giro radical: apesar de seguirem sustentando acusações de facciosismo contra os Liberais, os intelectuais conservadores — de forma tácita — passaram a integrar com seus opositores um debate público partidarizado para

³⁷ Também chamados de Godos, Oligarcas, Ministeriais, Conservadores, Partido da Ordem, oficialistas ou institucionais.

³⁸ “Sexta réplica de Antonio Leocadio Guzmán”. In: *El Venezolano*, Caracas, n. 73, p. 3, 02/11/1841.

disputar o legado de Bolívar e discutir os rumos de modernização do país. Como exemplo, no funeral de Bolívar em Caracas, no ano de 1842, o presidente Antonio Paéz, figura proeminente entre os Conservadores, apontou para a conciliação nacional como dever à memória do Libertador. Indiretamente, seu discurso lançou a pecha de facciosa sobre a oposição, que, para existir, precisava negar uma esfera política unanimista:

Nos resta sin embargo un deber: consagrar al Libertador el monumento más digno de su gloria: la consolidación de las instituciones de Venezuela por la sabiduría de los Legisladores, por la prudencia de la Administración ejecutiva, por la integridad de los Magistrados, por la ilustración del Pueblo, por la unión de todos los Venezolanos (PÁEZ, 1869 [1842], p. 374).

Nesse contexto, é perceptível a coexistência de dois repertórios distintos na linguagem bolivariana. O primeiro endossou o projeto de um executivo hipertrofiado da *Constitución Boliviana* e persistiu por meio da ação de militares do exército libertador, que, por meio de armas, tentavam retomar os aspectos cesaristas ou bonapartistas do mando de Bolívar. Em contrapartida, o segundo repertório se encontrava integrado à institucionalidade e baseado no respeito à constituição vigente, ocupando espaço no governo deliberativo tanto pelo discurso de oposição fiscalista da administração pública, do Partido Liberal, quanto por meio da férrea defesa da manutenção da ordem social, pauta cara ao Partido Conservador. Assim, instaurava-se uma polissemia no campo comunicacional do bolivarianismo, permitindo, a partir da mesma linguagem, enunciados que reconheciam os valores e as disputas dentro das normas de uma República Liberal, bem como discursos que enalteciam o voluntarismo ilustrado do homem providencial em sua ação de estabelecer a ordem no caos.

Fontes Hemerográficas

EL FANAL. 73 fascículos publicados entre 1829 e 1831. In: Hemeroteca de fundo antiguo de la Universidad Católica Andreas Bello.

EL VENEZOLANO. 279 fascículos redactados por Antonio Leocadio Guzmán entre 1840-1846. In: Hemeroteca de fundo antiguo de la Universidad Católica Andreas Bello.

Referência Bibliográfica

ALTEZ, Rogélio. **Antonio Leocadio Guzmán**. Caracas: Biblioteca Bibliografica Venezuelana. 2007
ARDILA, Daniel Gutiérrez. La convención de las discordias: Ocaña, 1828. **Temas Varios** n. 6, p. 150–168, 2015.

- BOLÍVAR, Simón. **Doctrina del Libertador**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1976.
- BOLÍVIA. Constitución política del Estado de 1826. In: TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PLURINACIONAL DE BOLÍVIA. **Las constituciones políticas de Bolivia (1826-2009)**. Sucre: Tribunal Constitucional Plurinacional de Bolivia - Unidad de Investigación, 2018, p. 23-38.
- CAPRILES, Collete. Opinión Pública: Venezuela. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. (Org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p. 1104-1114.
- CASTRO LEIVA, Luis. **La Gran Colombia: Una ilusión ilustrada**. Caracas: Editorial Arte, 1985.
- CURIEL LEAL, Carole. Tertulia de dos ciudades: modernismo tardío y formas de sociabilidad política en la provincia de Venezuela. In: GUERA, F.-X. (Org.). **Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. Organizado por François-Xavier Guerra, México D.C.: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008, p. 109-126.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. O discurso da renúncia e a memória da indispensabilidade no epistolário bolivariano: entre os limites da liberdade e o desencanto com a independência nas Américas. **Revista Ágora**, nº 9, p. 1–23, 2009.
- GUERRA, José Joaquín. **La convención de Ocaña**. Bogotá: Imprenta Nacional, 1908.
- HÉBRARD, Véronique. ¿Patricio o soldado: Qué «uniforme» para el ciudadano? El hombre en armas en la construcción de la nación (Venezuela, 1ª mitad del siglo XIX). *Revista de Indias*, vol. 62, nº 225, p. 429–462, 2002.
- . Opinión pública y representación en el Congreso Constituyente de Venezuela (1811-1812). In: GUERA, F.-X. (Org.). **Los espacios públicos en Iberoamérica: Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX**. Organizado por François-Xavier Guerra, México D.C.: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos, 2008, p. 128-146.
- ITURRIETA, Elías Pino. **Ideas y mentalidades de Venezuela**. Caracas: Editorial Alfa, 2008.
- . **Las ideas de los primeros venezolanos**. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2013.
- . **La independencia a palos y otros ensayos**. Caracas: Editorial Alfa, 2016.
- LANDER, Tomás. **Reflexiones sobre el Poder Vitalicio que establece en su Presidente la constitución de la Republica Bolivia**. Caracas: Imprenta de Valentin Espinal, 1826.
- . **Petición de Tomas Lander**. Caracas: Impr. de A. Damiron, 1836.
- LARRAZÁBAL, Felipe. **Memorias contemporaneas: apuntamientos sobre la vida publica del ciudano Antonio Leocadio Guzman, para servir a la imparcial historia de Colombia y Venezuela**. Nueva Imprenta, 1846.
- PÁEZ, José Antonio. **Autobiografía del General José Antonio Páez**. Imprenta Hallet y Breen, 1869.
- PALTI, Elías José. **El tiempo de la política**. XXI Editores Argentina, 2007.

- . Tres etapas de la prensa política mexicana del siglo XIX: el publicista y los orígenes del intelectual moderno. In: ALTAMIRANO, C. (Org.). **Historia de los intelectuales en América Latina**. Buenos Aires: Katz Editores, 2008, p. 227-241,
- PLAZA, Elena. El ‘patriotismo ilustrado’, o la organización de los poderes públicos en Venezuela. **Politeia**, n° 29, p. 63–82, 2002
- POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- ROJAS, Aristides. **Cronicas de Caracas**. Ediciones Nuevo Mundo, 1962.
- THIBAUD, Clement. En búsqueda de un punto fijo para la república: el cesarismo liberal (Venezuela-Colombia), 1810-1830. **Revista de Indias**, vol. 62, n° 225, p. 463–92, 2002
- TORREALBA LOSSI, Mario. **Bolívar en diez vertientes**. Caracas: Monte Ávila, 1983
- YANES, Francisco Javier. **Manual político del venezolano o breve exposición de los principios y doctrinas de la ciencia social que deben ser conocidos por la generalidad de los ciudadanos**. Imprenta de Valentín Espinal, 1839.